

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1063

Relator apresenta relatório com arrecadação extra de R\$ 25,6 bi

O relator de Receita da proposta de Lei Orçamentária Anual de 2012, senador Acir Gurgacz [PDT-RO], apresentou na terça-feira, 11, o seu relatório, com a previsão de arrecadação extra em R\$ 25,6 bilhões, basicamente com a revisão de parâmetros da proposta do governo. De acordo com o cronograma da Comissão Mista de Orçamento [CMO], o relatório de Receita deve ser votado até esta sexta-feira, 14.

Em conversa com a Fenajufe, o senador informou que um dos objetivos, ao reestimar a receita para o próximo ano, é possibilitar a inclusão da previsão orçamentária dos valores do PCS. Ele informou, ainda, que, antes de fazer todos os cálculos para apresentar o relatório de receita, fez várias conversas com o relator geral da LOA, deputado Arlindo Chinágliã [PT-SP]; com o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo [PMDB-PB]; e com o relator setorial do Judiciário, senador Inácio Arruda [PCdoB-SP], sempre colocando a preocupação sobre a garantia dos valores do reajuste salarial dos servidores.

De acordo com o senador, a definição do montante para o PCS caberá, agora, ao relator geral da LOA, Arlindo Chinágliã, que apresentará seu parecer preliminar até o dia 19 de outubro. Acir Gurgacz informou ao coordenador geral do Sindjufe-BA,

Rogério Fagundes - que acompanhou a entrega do relatório de receita na CMO - que as tratativas sobre o reajuste devem ser feitas, agora, com os relatores geral e setorial. "O reajuste dos servidores do Judiciário é uma das grandes preocupações de todos nós aqui no Senado. Todas as vezes que nós nos reunimos, colocamos como o primeiro item a questão do Judiciário, para que seja logo resolvida. Agora, cabe ao relator setorial e ao relator geral fazer com que essa reivindicação seja atendida", disse Acir.

Relatório preliminar será elaborado até o dia 19

Logo após a apresentação do relatório de receita, o relator geral da LOA, Arlindo Chinágliã, disse que a partir de agora vai trabalhar em cima do relatório preliminar, que será entregue no dia 19. De 20 a 22, poderão ser apresentadas emendas e no dia 25 o relatório preliminar será votado pelos integrantes da Comissão Mista de Orçamento.

Perguntado pelo dirigente do Sindjufe-BA se ele poderia informar algum detalhe sobre a inclusão da previsão orçamentária para o PCS do Judiciário, Chinágliã informou que não poderia adiantar nada nesse momento, porque a Comis-

18 de outubro, terça-feira, Dia de Paralisação
no Judiciário Federal - Venha para a luta pelo PCS!

são Mista vai discutir várias questões sobre o seu relatório até os últimos dias de dezembro, quando será votada a proposta final da LOA. "Eu vou repetir o que já disse: eu estarei permanentemente dialogando com vocês, procurando fazer as negociações com o próprio Executivo", garantiu o parlamentar. De acordo com o deputado, é preciso pensar num período para a implementação do projeto. "Essa negociação vai envolver o Executivo". Ao final, ele garantiu que há uma preocupação com a situação dos servidores do Judiciário e que é preciso encontrar uma saída.

O senador Inácio Arruda, relator setorial da LOA, informou que depois que o relatório preliminar for lido, o relator geral vai fazer uma espécie de redistribuição de recursos para que os relatores setoriais possam alocar valores para corrigir as distorções orçamentárias que existem nos três Poderes. "É preciso ter tranquilidade no debate com o relator geral", disse Inácio Arruda à Fenajufe, garantindo que tem trabalhado para bus-

car a inclusão dos valores do PCS na LOA. Ele informou, ainda, que vai debater o assunto com o deputado Chinágliá até o dia 19.

A Fenajufe avalia que o valor de 25,6 bilhões reestimado pelo relator de receita daria para contemplar tanto os reajustes do Judiciário e do MPU, com implementação a partir de janeiro de 2012. "É importante lembrar que toda essa movimentação é resultado do trabalho que a Fenajufe e seus sindicatos têm feito dentro do Congresso Nacional, com o aporte, naturalmente, da mobilização da categoria em nível nacional", avalia Jean.

Cledo Vieira destaca a orientação da Fenajufe para que os sindicatos e a categoria continuem os trabalhos de corpo a corpo, intensificando as pressões junto aos parlamentares. "Sabemos a importância da mobilização da categoria no momento. E ela precisa se fortalecer, para que no dia 26 de outubro o nosso projeto seja aprovado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara", afirma Cledo. *Da Fenajufe*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada paralisação, com ASSEMBLEIA GERAL, no dia 18 de outubro do ano de 2011, terça-feira, às 17h, na entrada da JF, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes;
- b) Encaminhamentos da luta pelo PCS;
- c) Autorização para o uso do Fundo de Mobilização e Luta.

Florianópolis, 14 de outubro de 2011

Coordenação Geral do SINTRAJUSC

Deu na Folha de SP

SENADOR DEFENDE QUE REAJUSTE DO JUDICIÁRIO SEJA PARCELADO EM 4 ANOS

Segundo o jornal *Folha de SP*, o relator do PPA (Plano Plurianual 2012-2015), o senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu nesta quinta, 13, que o reajuste salarial do Judiciário e do MPU ocorra de forma escalonada nos próximos quatro anos. Segundo Pinheiro, "as contas públicas não podem suportar o impacto desse reajuste em um ano". Ele disse que parlamentares envolvidos nas discussões do Orçamento do ano que vem já avisaram ao presidente do STF a intenção de estabelecer um reajuste escalonado.

Diz a *Folha* que, apesar de defender o reajuste programado até 2015, o petista disse que ainda não é possível como o aumento seria dividido. "Temos que esperar dezembro chegar para avaliarmos melhor como será esse escalonamento. Em dezembro teremos os indicadores macroeconômicos mais próximos da realidade e poderemos propor uma coisa que poderemos cumprir. O que não podemos é prometer aquilo que não lá na frente não poderemos bancar."

SERVIDORES, NADA ESTÁ DEFINIDO, NEM O PARCELAMENTO. ISSO REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA PARALISAÇÃO DO DIA 18. REÚNAM-SE EM SEUS LOCAIS DE TRABALHO E DECIDAM SOBRE A ATIVIDADE DE LUTA.